

13 JUL 1997

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

**Mais governo,
menos campanha**

Não é só para implicar com o relator do projeto de lei eleitoral que o governo federal faz pé firme na redução do tempo de campanha para a eleição do ano que vem. Por enquanto, à regra, se valer a proposta do relator, permite 45 dias de horário gratuito no rádio e na televisão. O governo prefere 30, mas desde o início considerava 45 muito mais razoáveis que os 60 dias em vigor atualmente.

Só que a questão não é apenas o horário gratuito, mas também as datas das convenções partidárias. A partir da realização delas, escolhidos os candidatos, a campanha começa e as normas da legislação eleitoral têm de ser respeitadas.

Agora, com a possibilidade de reeleição, as normas são ainda mais restritivas para inibir voracidades político-administrativas daqueles que concorrem no exercício do cargo. O Planalto prefere que, no lugar de as convenções precisarem ser feitas até junho, que se permita uma prorrogação de um mês. As campanhas, assim, começariam só em agosto, durando coisa de dois meses.

Para quem é governo, trata-se do melhor dos mundos. Para o que pretende o presidente Fernando Henrique Cardoso, o ideal mesmo é que a campanha propriamente dita durasse uns 15, talvez 20 minutos. É que no momento em que for dada a largada, por várias razões o presidente terá de recolher os *flaps* e submeter-se com obediência militar às normas.

Aliás, é o único cuja preocupação com esse aspecto terá de ser observada às raias da obsessão. No Planalto, hoje, o temor explícito é com um eventual risco de impugnação de candidatura. Soaria quase como um impeachment.

Não é por outro motivo que FH vem pedindo regras nitidas. Fosse candidato sem ser presidente, ainda poderia se dar ao luxo de correr certos riscos, sofrer determinadas críticas, administrar escorregões de assessoria. Em 1994 administrou o episódio da parábola de Rubens Ricúpero e a entrevista de Gustavo Franco dizendo que o PT iria confiscar a poupança do povo.

Ali foi possível contornar, não era um presidente em julgamento. No máximo, um ex-ministro da Fazenda com o apoio assim-assim do presidente. Na campanha do ano que vem, todo deslize será castigado.

Dá a conclusão de que quanto mais tempo Fernando Henrique passar como presidente e quanto menos tempo tiver de se submeter à condição de candidato, melhor. Afinal, exposição de mídia o presidente já tem naturalmente. E, se não conseguir convencer o país de que é o melhor candidato até dois meses antes da eleição, a avaliação no governo é a de que não será em 60 dias que construirá o que não construiu.

Como a palavra de ordem será a do máximo de recolhimento possível — de preferência sem nenhuma viagem aos estados — a partir do início da campanha, o melhor mesmo é que ela demore ao máximo para começar.

Quem passear pelo Palácio do Planalto ouvirá, em algum momento, o que houve com Richard Nixon na campanha por seu segundo mandato. O caso Watergate que o derrubou foi um episódio de campanha, em que o Partido Republicano foi pego em espionagem no comitê democrata.

Nixon conseguiu se reeleger pelos atos de governo do primeiro período. Mas depois caiu pelo escorregão de campanha que cometeu na conquista da reeleição. Um exemplo a ser evitado.